

**ATA N.º 08/XII/2020**

**Reunião Ordinária de 22/04/2020**

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano dois mil e vinte, no Auditório da Biblioteca Municipal Bento de Jesus Caraça, pelas quinze horas, reuniu a Câmara Municipal da Moita, sob a Presidência do Sr. Presidente Rui Manuel Marques Garcia e com a presença dos Srs. Vereadores Luís Fernando Marta Ribeiro Chula, Daniel Vaz Figueiredo, Carlos Edgar Rodrigues Albino, Vivina Maria Semedo Nunes, Joaquim Inácio Raminhos Cabaça, Miguel Francisco Amôedo Canudo, Filomena Maria da Silva Magalhães Ventura e Luís Fernando Vaz do Nascimento.

Declarada aberta a reunião pelo Sr. Presidente, foram discutidos os pontos infra indicados de acordo com a Ordem do Dia, previamente distribuída por todos os membros.

Propostas:

1. 4ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E GOP ..... 20
2. CANDIDATURA POSEUR – RECOLHA SELETIVA DE RESÍDUOS URBANOS BIODEGRADÁVEIS
  - RATIFICAÇÃO DO ATO PRATICADO PELO PRESIDENTE
  - APROVAÇÃO DO CADERNO DE ENCARGOS DE 3 VEÍCULOS ESPECIAIS DE RECOLHA ..... 21

PERÍODO ANTERIOR À ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente apresentou para conhecimento:

- A posição atual do Orçamento da Receita do presente ano, o resumo da posição do Orçamento da Despesa, assim como o Resumo Diário da Tesouraria.

O Sr. Presidente deu, ainda, informações sobre o contexto em que se estava a viver, sendo que desde a última reunião de Câmara até à atualidade, as circunstâncias não se tinham alterado significativamente, referindo que entraram num período de alguma estabilização da situação, após as primeiras semanas iniciais de transformações muito rápidas, encontrando-se a viver um período de estabilidade, dentro da situação de anormalidade existente. Deu nota de que na sexta-feira da semana anterior reuniu a Comissão Municipal de Proteção Civil, com o alargamento à presença dos Srs. Presidentes de Junta de Freguesia, porque se considerou ser importante, não só para estarem melhor inteirados das ações desenvolvidas pelos diversos agentes de Proteção Civil no território, mas também o inverso, para que todos os agentes de Proteção Civil conhecessem as preocupações e as ações das Freguesias; a reunião não trouxe nenhuma novidade, na medida em que o que se fez foi um ponto de situação da evolução da situação no concelho, quer no que dizia diretamente respeito às ações de forma mais imediata, relacionadas com a doença, quer também permitir ter algum conhecimento melhor sobre a evolução da situação social, que era algo com que também era necessário que se preocupassem, na medida em que o relato que veio de diversas instituições, e em particular da própria representante da Segurança Social, foi de que estava a aumentar, estava em crescendo, o recurso de pessoas a solicitar auxílio junto da Segurança Social, junto da Rede Social, de forma mais geral, também já existindo aquela nota nos contactos com instituições sociais no concelho da Moita, no sentido de estar a haver um aumento dos pedidos de acesso à cantina social, através da Segurança Social, os pedidos de auxílio a pessoas que ficaram desempregadas, os Rendimentos Sociais de Inserção, tudo aquilo que eram os auxílios sociais disponíveis estavam a ter um aumento de procura, consequência de algo que não era novidade para ninguém, que a atual crise de saúde pública teria posteriormente uma consequência grave, do ponto de vista de crise económica e social, com as consequências que tal traria para as famílias, para muitas pessoas e para as empresas. Foi basicamente esse ponto de situação que foi feito e o relato também do ponto de vista dos outros agentes de Proteção Civil que intervinham naquilo que se tinha estado a desenvolver.

Concretamente, da parte da Câmara Municipal, entraram num período de estabilização, estando o funcionamento estabilizado nas últimas três a quatro semanas, ou mais porque o tempo passava muito rapidamente, mas estabilizou-se com a reorganização dos serviços da forma já abordada anteriormente e que era desnecessário repetir, porque se mantinha, e manter-se-ia até que as circunstâncias se alterassem. O funcionamento mantinha-se, tinha-se revelado eficaz e capaz de dar resposta às necessidades no momento. O Serviço Municipal de Proteção Civil, depois daquele início atribulado, devido à falta de meios e de recursos, também estabilizou e tinha estado com um funcionamento regular, a acompanhar as orientações e as solicitações que eram emanadas do próprio comando distrital, numa articulação que, na atualidade, era bastante estreita e permanente entre os diversos níveis da intervenção do Estado na matéria da Proteção Civil, desde o nível nacional ao nível municipal. Perspetivando as comemorações do 25 de Abril de 1974, naturalmente tudo o que eram as iniciativas habituais, iniciativas de massas, quer da própria autarquia, quer do movimento associativo foram suspensas, no entanto, consideraram que era indispensável que se assinalasse a data dentro das circunstâncias em que se vivia e das limitações existentes. Nesse sentido tinham procurado utilizar o mais amplamente possível os meios digitais, de informação digital, e com o convite que fora efetuado a todas as instituições associativas do concelho, qualquer que fosse a sua natureza, para efetuarem um depoimento que tinham estado a ser colocado *on-line* e no dia 25 propriamente, aderiram e estava a ser distribuído um folheto de convite, de apelo à adesão à iniciativa, que veio da Associação 25 de Abril e de outras, das diversas associações que ou organizavam anualmente o desfile do 25 de Abril de 1974 em Lisboa e no ano atual fizeram o apelo, e associações cívicas, políticas e Partidos, fizeram o apelo de que, às 15 horas do dia 25 de abril de 2020 se cantasse a Grândola e o Hino Nacional em todos os locais, à varanda, à janela, no quintal e no caso da Câmara Municipal da Moita, teriam uma aparelhagem na varanda do edifício dos Paços do Concelho. As Juntas de Freguesia teriam também aparelhagens colocadas nos locais que entendessem, para que não deixasse de se assinalar a data.

Se alguém tivesse dúvidas, da importância referiu parecer-lhe que para além de tudo o mais, mas a última semana e a polémica sobre as comemorações do 25 de Abril na Assembleia da República e a forma como tanto fascismo latente colocou as garras de fora, fez a todos os democratas, na sua opinião, perceberem a importância de se assinalar o 25 de Abril, fosse em que circunstâncias fosse, sendo as atuais únicas e esperando que nunca mais se repetissem, mas não podiam impedi-los de assinalar a data.

Informou que finalmente, após as dificuldades que ainda não estavam totalmente ultrapassadas, mas para já, finalmente foram recebidas as encomendas de material de equipamentos de proteção individual que foram efetuadas, a maior delas por via de uma plataforma de compras conjunta da Área Metropolitana de Lisboa, mas também mais uma outra aquisição que haviam, entretanto, feito ao circuito comercial normal. Demoraram o seu tempo a chegar, mas finalmente chegaram, o que permitiu não só estabilizar os stocks próprios de equipamentos de proteção para os próprios trabalhadores do Município, sendo indispensável que os tivessem, mas também permitiu auxiliar as instituições sociais do concelho, tudo o que eram instituições, para além dos Bombeiros, as outras instituições que atuavam na área social, que tinham quer residências de idosos, quer serviços de apoio ao domicílio, quer residências para pessoas com deficiência. Permitiu-lhe dar algum auxílio naquela matéria, que se tinha revelado tão difícil, da aquisição dos equipamentos de proteção individual.

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Agradeceu as informações que o Sr. Presidente deu relativamente ao ponto de situação, dando da sua parte conta de que enquanto nos Balcões as questões tinham estado a funcionar conforme o previsto, durante a manhã, tendo na parte da tarde reforçado a presença com outras pessoas que não estavam de manhã, porque estava a haver uma acumulação de serviço, por se ter recorrido mais ao pagamento por transferência bancária, o que gerou uma grande acumulação de serviço, que não dava muito tempo para quem está ao serviço de manhã. Os atendimentos continuavam a ser realizados por marcação, embora alguns casos pontuais fossem logo resolvidos no local e no momento, estando tudo a decorrer conforme o planeado. Todos os dias era elaborado um relatório de que o Sr. Presidente tinha conhecimento, pensando que tudo estava a decorrer dentro de alguma normalidade, considerando que quer na área do urbanismo, quer na área das águas, de uma forma geral, os municípios não tinham sentido que tivessem ficado bloqueados com a situação que estavam a viver. Continuou a dar nota, reforçando que em termos da informação, havia sugerido que se fizesse mais um *forcing* na divulgação de algumas medidas que a Câmara Municipal estava a tomar, mas não tinha sentido a questão. Havia referido os MUPIS que anunciavam os espetáculos que, como na atualidade não existiam, sugeriu que se aproveitassem para se fazer com questões como o número da Comunidade Ativa, que era importante. Questionou se relativamente ao número da Comunidade Ativa se tinha uma ideia do volume de chamadas que estavam a ser realizadas para esse número, que tipo de problemas é que os municípios estavam a levantar. Relativamente aos testes aos trabalhadores do Município, que foram realizados e referidos pelo Sr. Presidente, e existindo alguns funcionários que estavam um pouco confusos, porque ao realizarem o teste, um determinado tipo de teste e tendo-lhes sido dito que iriam receber uma mensagem em casa sobre qualquer que fosse o resultado, não sabendo sobre a questão dos testes como é que tudo terminava, se foi aquela fase e ainda seriam chamados a outra, ou só seriam se o resultado fosse um determinado, referindo que gostaria que o Sr. Presidente esclarecesse a questão.

Relativamente aos Lares do concelho, sabendo que na última reunião de Câmara em que o assunto fora abordado, que não tinham havido problemas, estava tudo normal, gostando de saber se confirmavam que, no momento, não existiam problemas com os Lares, em termos de infeção ou algo, gostando de saber se estava tudo bem.

Relativamente às escolas e não sabendo se a Câmara tinha sido contactada nesse sentido, tudo levando a crer que da parte dos Lares, das creches, tudo poderia voltar a um determinado funcionamento, questionando se a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Vivina Nunes estava a par da situação, e a confirmar-se, para quando estava previsto o funcionamento.

Relativamente ao 25 de abril, manifestou o seu acordo com as iniciativas de que o Sr. Presidente deu nota, considerando que no ano atual não poderiam haver as manifestações como estava visto, não havendo a habitual manifestação na Moita, mas relativamente à questão da varanda, da música e da transmissão das mensagens considerou bastante positivo.

Estando em Abril, questionou o Sr. Presidente se nos depoimentos estaria previsto, porque pelos vistos na Assembleia Municipal tal não iria acontecer, se estaria previsto nos depoimentos todas as forças políticas que tinham assento na Câmara pudessem realizar também um depoimento, fazendo parte da Democracia e como estavam a viver um momento diferente, havendo visto noutros concelhos em que as Assembleias Municipais tinham outras tradições de comemoração nas Sessões Solenes, mas não havendo, todas as forças políticas estavam a realizar um depoimento de 3 minutos ou de 5 minutos, o que era transmitido pelos meios da Câmara, mas no caso, como o Sr. Presidente referiu o depoimento do movimento associativo, considerou interessante associarem-se todos àqueles depoimentos, e que as forças políticas pudessem também realizar depoimentos, juntar-se à celebração que em 2020 não era uma grande festa, mas tinha de ser celebrado.

A propósito da polémica levantada na Assembleia da República, considerou ser um acontecimento que lhes dava que pensar, questionando como é que nos dias atuais se conseguia levantar um movimento daqueles, sendo um alerta que ficava para todos, de atenção, existindo alguém nos bastidores que lançava notícias falsas e a propósito daquelas, foi-se criando uma onda populista em que a determinada altura as pessoas já nem sabiam em relação ao que é que estavam contra, se era contra as comemorações do 25 de Abril, se era contra a questão da Assembleia, estando no final as pessoas apenas contra. No decorrer de toda a questão referiu ter conversado com pessoas de senso comum, que se tendo jogado com a emoção das pessoas, quando referiram os funerais, a Páscoa e Fátima. Houve uma grande baralhação, havendo jogado com a emoção das pessoas, fez-se uma exploração da questão e começou a pensar que a questão era a propósito da Assembleia da República, que já se encontrava a funcionar, e como tal não ia encerrar no 25 de abril, era algo natural, com menos pessoas ou não, tendo chegado à conclusão que era com menos pessoas, mas foi lançada uma confusão e viu muitas pessoas que não sabiam o que pensar, mas iam referindo algo em relação ao 25 de Abril, para se deixarem de tretas porque, por exemplo não tinham ido ao funeral da tia e era o que faltava agora fazerem a comemoração do 25 de Abril. Era necessário um pouco de cuidado, porque alguma faixa mais reacionária da sociedade portuguesa acaba por aproveitar situações como aquela, emotivas, para capitalizar as pessoas a seu favor. Sendo o que referiu um desabafo, começou a imaginar, em outras situações, a questão poderia vir a ser explorada, não sabendo se notaram, por exemplo, no Brasil, na semana que decorria, as pessoas estavam à volta do Sr. Bolsonaro a exigirem que a ditadura militar tomasse conta do país e fosse dissolvido o Parlamento e o Tribunal Constitucional que existia no Brasil. Existiam ondas às quais tinham de estar atentos porque não sendo nada connosco, um dia poderia rebentar um torpedo debaixo dos nossos pés.

Mostrou-se satisfeito por se ter encontrado uma solução, estando tudo encaminhado para que se celebrasse o 25 de Abril de uma forma simbólica, considerando a forma correta, estando em simultâneo a dar uma lição a todos, inclusive a estrangeiros, de que a Democracia não parou, apesar dos Estados de Emergência, apesar de todas as dificuldades que estavam a viver, deram um sinal de uma grande maturidade e de um grande discernimento. Relativamente ao concelho da Moita, considerou muito bem colocar aparelhagens na varanda da Câmara, o 25 de Abril nunca podia ficar em silêncio, devido à situação atual, que embora bastante dramática sem dúvida, mas às 15 horas iriam fazer um coro, eventualmente do Minho ao Algarve, não se sabendo se se ouviria algures no Universo.

Sr. Vereador Luís Chula – Transmitiu informação que julgou ser oportuna a propósito da atividade do Serviço Municipal de Proteção Civil, pesando embora o Sr. Presidente já tivesse abordado a questão da reunião da Comissão Municipal de Proteção Civil que ocorreu na semana anterior, na sexta-feira, dando uma nota que julgou importante para o conhecimento dos presentes e que não foi dada pelo Sr. Presidente, naturalmente por esquecimento, que estava relacionada com informação da Polícia de Segurança Pública, que atuava na Baixa da Banheira e no Vale da Amoreira de, face ao novo Decreto

do Estado de Emergência, sentir-se com mais resguardo legal, por assim dizer, para poder efetuar uma fiscalização mais intensa aos estabelecimentos que estariam a prevaricar. Acrescentou que teve efeito, julgando que o Sr. Presidente, no atual dia, já havia recebido um pedido de um comerciante a quem foi dada ordem para encerrar, estando pelo menos combinado que no Balcão da Baixa da Banheira fosse registada essa queixa, e que lhe fosse enviado, na qualidade de, como era referido no Decreto, Autoridade Municipal de Proteção Civil. Foi informado de que a queixa iria entrar pelo sistema informático, no MyDoc, sendo o estabelecimento uma retosaria grande junto à Igreja, a Sami, informando que para conhecimento do que se passou, os Srs. teriam a porta aberta ao público, argumentando estar a vender tecidos para máscaras e outros, da sua atividade normal e não foi entendimento da Polícia de que estivessem reunidas as condições para poder exercer atividade, que legalmente estivesse de porta aberta, dando ordem de encerramento. O Sr. contactou a Proteção Civil que deu instruções no sentido de o próprio apresentar um pedido formal para manter a sua atividade, sendo nesse sentido que esse pedido, que naturalmente seria dirigido, conforme referido no Decreto de Lei, à Autoridade Municipal de Proteção Civil, que segundo a Lei de Bases de Proteção Civil, era o Sr. Presidente da Câmara.

Na continuidade das atividades da Proteção Civil, informou, indo um pouco ao encontro daquilo que o Sr. Vereador Joaquim Raminhos colocou, que logo a partir do final do mês de março, achando que já tinha tido oportunidade de o referir, começaram a construir uma Base de Dados de todos os Lares, que começou pelos Lares ditos com acordo com a Segurança Social, em que registavam o número de utentes, diferenciando quantos acamados, quantos autónomos, etc. Tal foi efetuado rapidamente e no seguimento do cruzamento de informação com a Sr.ª Vereadora Vivina Nunes, e trabalhando em conjunto no apuramento de alguma informação e na sequência desse apanhado, e da construção da Base de Dados, foi dado conhecimento ao CDOS e tinham realizado alguns contactos no sentido de perceber como estava a situação.

Na semana em curso, com uma solicitação realizada às Juntas de Freguesia, no sentido de também identificarem alguns Lares que não tinham acordo com a Segurança Social, sendo os ditos ilegais, mas para a Proteção Civil e para o Município também eram uma fonte de preocupação na medida em que certamente, e constatava-se que tinham menos cuidados, e muitos também não tinham Plano de Contingência. Do que tinham conhecimento e ia surgindo aos poucos, por exemplo no dia anterior surgiu uma informação, até por denúncia de um que não haviam identificado, que existia na Barra Cheia e sobre o qual se pronunciaria posteriormente.

Comparando com outros concelhos à volta eram meia dúzia, no caso de Palmela e Sesimbra tinham dezenas, não sendo o caso do concelho da Moita.

Tendo estabelecido contactos, forneceram a informação por pedido ao Sr. Delegado de Saúde, porque também ter a preocupação de perceber em que contexto estavam no concelho, em termos de Lares não oficiais.

Já tinham terminado a instalação, há uma semana ou mais, do centro de acolhimento na Escola EB 2,3 José Afonso, em que reuniu condições e tarefas multidisciplinares por parte dos vários Departamentos e Pelouros da Câmara e também da boa vontade dos trabalhadores que estiveram, mesmo em período de Tolerância de Ponto, deram o seu melhor com abnegação, e tal devia ser reconhecido como o reconheceu pessoalmente e enquanto Vereador, reconhecendo todo o esforço e boa vontade porque se via que estavam a trabalhar por uma causa e fizeram-no com eficiência, rapidez, qualidade e profissionalismo. O espaço contava com cinquenta camas, dividido em dois espaços, sendo camas completas com colchão de qualidade, com mantas, lençóis, almofadas. Estava tudo preparado para qualquer eventualidade, devidamente embrulhado nas embalagens, desejando que tal não fosse necessário. Das cinquenta camas, trinta e seis estavam localizadas na nave central do Pavilhão e catorze estavam mais resguardadas para situações de mais recolhimento, no ginásio que estava localizado paredes meias. Houve necessidade de uma vistoria à instalação, por parte da Delegação de Saúde, e da Segurança Social que ocorreu no dia 14 de abril, e que foi satisfatória. O destino do espaço não estava afirmado, se seria para COVID positivo ou COVID negativo, seria para o que em primeiro lugar fosse necessário.

Informou que também instalaram no Pavilhão Municipal de Desportos da Moita, cinquenta camas de campanha que também poderiam vir a ser usadas ou para recolher pessoas que tivessem necessidade de estar confinados em quarentena e suportassem melhor a condição de ser cama de campanha, ou poderia servir para acolher um grupo de reforço, na eventualidade de haver alguma força de segurança, ou os Bombeiros, poderem entrar numa fase de falência, no sentido de poderem estar contaminados e como tal não poderem atuar na execução das funções que lhes foram atribuídas.

Também quis saudar a Câmara Municipal pelo facto de ter começado a distribuir equipamentos de proteção individual nas IPSSs, nos Bombeiros, nas Instituições e a quem prestava apoios domiciliários, contudo não pode deixar de lamentar e não entender, o motivo de serem apenas os Vereadores da CDU a realizarem a distribuição dos equipamentos. Não que tivessem necessidade de ficar nas fotografias para a posteridade, mas a verdade foi que entendeu que a força das circunstâncias, ou seja uma proposta, fosse uma ratificação de qualquer ato do Sr. Presidente que fosse aprovado na Câmara Municipal da Moita, que era constituída pelos nove, um Presidente e oito Vereadores, que a partir desse momento passava a ser um ato da Câmara e aquilo que se concluiu na situação que referiu, era um ato diminuído da Câmara porque apenas uma parte dela fora às instituições realizar a respetiva entrega e quis naquele ponto salientar, sobretudo uma situação que pessoalmente não entendeu e mostrou na reunião o seu mais veemente desagrado, pelo facto de terem ido aos Bombeiros entregar material e o Vereador da Proteção Civil ter sido ignorado, para si não fazia sentido, não queria ir à Santa Casa da Misericórdia porque naturalmente estaria lá o Provedor, não para entregar, para receber. No entanto, todos os outros Vereadores, serem ignorados naquele ato para si foi uma desconsideração, um ato que não podia entender, passados tantos anos da Democracia que iam festejar no 25 de abril.

Sr. Vereador Carlos Albino – Identificou-se especialmente com as palavras do seu camarada e Sr. Vereador Luís Chula, dando nota de que a Democracia funcionava e que continuavam a trabalhar, sendo prova disso o facto de estarem presentes na reunião. Informou que foi alertado por um município que na Rua Garcia de Horta foi removido um poste de eletricidade, e com a remoção do poste a rua ficou com falta de iluminação, com todos os constrangimentos associados a essa situação, e que solicitava alguma informação a esse respeito, uma vez que já teria contactado a Câmara em outras situações, mas atualmente o poste fora removido e necessitava de obter informação a respeito do mesmo. Inicialmente referiu ter pensado tratar-se apenas de uma lâmpada fundida e encaminhou o município para o site da EDP, mas posteriormente o município enviou uma fotografia de que o poste havia mesmo sido removido. Acrescentou também ter sido contactado e alertado para um conjunto de questões que o Sr. Vereador Luís Chula terminara de colocar, mais particularmente a questão de alegadamente haver em alguns locais estabelecimentos abertos violando as prerrogativas do Estado de Emergência, considerando que a questão a todos devia preocupar, motivo pelo qual gostaria de vincar e deixar o seu alerta.

No que se referia à atividade normal do Município, nomeadamente no que dizia respeito às atividades económicas e estando numa situação diferente, considerou que se no normal funcionamento do Município já era importante a área das atividades económicas para o desenvolvimento do concelho, no momento atual ainda se tornava mais importante. Não tendo tido muita informação sobre a questão gostaria de saber o que estava a fazer o Centro de Informação Autárquico ao Consumidor, saber qual tinha sido o seu papel, no momento, e também saber qual o trabalho que tinha sido desenvolvido pelo Gabinete de Apoio ao Empresário.

Deu nota de que estava em sua posse uma moção, que se propôs distribuir, relativamente ao 25 de Abril e uma saudação relativamente ao 1º de Maio.

Questionou o Sr. Presidente se pretendia que fosse distribuída e posteriormente a lesse numa próxima intervenção e que assim sendo, o faria.

Sr. Vereador Luís Nascimento – Respondeu a algumas questões, começando por uma que não estava propriamente relacionada com a Câmara Municipal da Moita, mas que o Sr. Vereador Joaquim Raminhos apresentou, dando-lhe a sua opinião pessoal sobre a questão, nomeadamente a polémica

gerada sobre as comemorações do 25 de Abril na Assembleia da República. Revelou pensar que tudo havia partido de um grande erro, que já havia acontecido há um mês atrás, aquando do início do Estado de Emergência, porque era referido na Constituição que o Estado de Emergência, não podia, referindo claramente que não podia cortar direitos e liberdades religiosas. Ao elaborar-se um Decreto Regulamentar que impedia a existência de missas, estavam de facto a cortar direitos e liberdades religiosas, ou seja, podiam ter referido que só era possível estarem presentes cinco pessoas numa missa, seria aceitável, mas não se podia ter referido que não se podiam realizar missas, porque era inconstitucional. Não discutindo a sua opinião, referindo apenas o que constava da Lei, e na Constituição da República Portuguesa, sobre os Estados de Emergência. A partir do momento em que se realizou aquele erro, não estando naturalmente o Tribunal Constitucional a funcionar, e talvez ninguém tivesse reparado na questão, conforme o tempo foi passando as pessoas que não puderam realizar uma cerimónia para enterrar os seus entes queridos começaram-se a sentir ofendidas com o Estado português. Dando um exemplo prático, o seu pai falecera no dia 13 de março, foi enterrado no dia 14 de março, e ainda não pudera realizar uma missa por alma do pai, porque o Estado português proibiu. Não pretendendo discutir se seria ou não possível, pois se argumentassem que poderiam estar cinco pessoas na missa, tinha recursos suficientes para pagar ao Sr. Padre e estar presentes o próprio, a sua mãe, e os seus irmãos sozinhos na missa, não se tratando a questão desse procedimento, mas sim que fora proibido pelo Estado português. Continuou referindo que, a partir do momento em que o Estado português proibiu algumas celebrações, naturalmente as pessoas que estavam feridas com aquela questão não acharam bem o Estado português promover outras celebrações, sendo somente o que aconteceu.

Posteriormente, com uma arrogância e uma forma que considerou pouco digna de estar do Sr. Presidente da República, segunda figura do Estado, que em vez de conseguir acalmar a situação ainda a conseguiu empolar mais, numa atitude que considerou absolutamente digna do livro de “O que não se deve fazer”, sendo por aquele motivo, na sua opinião, que sucedeu a situação que sucedeu.

Naturalmente a Assembleia da República encontrava-se em funcionamento todos os dias, estando no momento, reunidos e o Sr. Primeiro – ministro António Costa a discursar, os deputados a ouvir. Funcionava habitualmente com duzentas e trinta pessoas, por vezes saindo uns e entrando outros, mas em dias de votação estavam presentes duzentas e trinta pessoas, ou menos alguns que faltavam, não sendo a questão o número, não havendo nenhum atentado à saúde pública, naquele dia só iriam estar presentes setenta e sete deputados a somar a cinquenta convidados, o que não perfazia sequer cento e trinta pessoas, sendo até menos porque muitos convidados recusaram, não se tratando portanto de nenhuma questão de saúde pública, era uma questão de que as pessoas sentiram, tendo esse direito, que houve uma falta de respeito para com a sua celebração, em comparação com a possibilidade de outras pessoas as poderem realizar, sendo essa a questão. Na sua opinião, o erro não foi a marcação da celebração do 25 de Abril, o erro foi a proibição de algumas celebrações, ao invés de dizerem que o número seria um determinado ou as condições para a realização daquelas celebrações seriam determinadas. Mais do que isso, na questão das celebrações religiosas, fossem elas quais fossem, era uma medida inconstitucional, e se as pessoas não o sabiam deveriam ler a Constituição da República, sendo o seu conselho essencialmente para o Srs. Deputados que aprovaram a questão.

Relativamente às lojas, houve, de facto algumas lojas, tendo durante a semana em decurso um exemplo prático muito claro que foi a loja do espaço académico, na Estrada Nacional, na Baixa da Banheira, onde a proprietária começou a confeccionar máscaras de pano e telefonou a perguntar se podia abrir ou não o seu estabelecimento, ao que respondeu que falaria com o Sr. Comissário Ximenes da PSP, que melhor do que o próprio saberia o entendimento que a PSP estava a fazer da loja. O Sr. Comissário Ximenes referiu que não podiam entrar, vender máscaras à porta, se aquela estivesse “fechada” com uma mesa e vender à porta podia, sendo daquela que estava a funcionar. No entanto, também referiu saber que os locais onde as pessoas estavam a ir comprar o tecido para confeccionar as máscaras, nomeadamente uma loja junto ao espaço SEASIDE, de produtos em conta, que encerrou durante um tempo e voltou a reabrir, mas a PSP foi encerrar o local porque as pessoas entravam dentro da loja. A questão era, se as pessoas conseguiam vender à porta sem as pessoas entrarem, ou se as

pessoas não conseguiam, sendo o entendimento que a PSP tinha, sendo nesse sentido a reunião que realizou com o Sr. Comissário Ximenes.

Também abordou uma outra questão com as forças policiais do concelho, quer com a PSP na Baixa da Banheira, quer com a GNR na zona da Moita e Alhos Vedros, e que consistiu na questão que surgiu da música nas janelas. Diversas pessoas começaram a colocar música nas suas varandas, uma hora de música para os vizinhos. Como naturalmente as pessoas não o solicitavam, naturalmente as forças policiais não tinham conhecimento de nenhuma licença de ruído assinada, tendo-se deslocado a vários locais dando ordem para pararem a música, quer a GNR, quer a PSP.

Informou ainda que conversou com os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia, para que se resolvesse a questão, uma vez que considerava chato solicitar a licença por meia hora, e como tal, se as pessoas pretendiam “dar meia hora de música aos vizinhos”, contactavam a Junta de Freguesia, que solicitava oficialmente a licença de ruído, sendo aquela passada à Junta de Freguesia, porque assim sendo, a Câmara Municipal não cobrava o valor da mesma. Considerou que estar a cobrar as licenças de ruído para uma pessoa que colocava meia hora de música à janela para os vizinhos, pareceu-lhe um pouco de exagero. Falou com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Moita, e com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias da Baixa da Banheira e Vale da Amoreira, porque não houve nenhuma situação em Alhos Vedros, havendo combinado daquela forma com ambos, sendo a licença de ruído passada à Junta de Freguesia e o horário combinado foi sensivelmente entre as 19h e as 20h, solicitando alguns entre as 19h e as 19h30m ou entre as 19h30m e as 20h, possibilitando assim meia hora de música aos vizinhos, “moda” que pensou ter tido origem em Itália ou em Espanha, não sabendo bem, não se tendo apercebido da questão, mas uma vez que chegou a Portugal, também havia que se adaptar aquelas “modas”, não querendo deixar de explicar a questão.

Secundou as palavras do Sr. Vereador Joaquim Raminhos, na questão do espaço da Câmara Municipal onde estavam os testemunhos da comunidade de associações do concelho, do movimento associativo sobre o 25 de Abril, ser também aberto aos partidos políticos, julgando que fosse importante haver uma palavra dos partidos políticos sobre o 25 de Abril, normalmente essa palavra ou ato era feito até com as suas próprias participações no desfile e não havendo o desfile, secundou e apoiou o apelo do Sr. Vereador Joaquim Raminhos de que elaborassem um vídeo onde referissem porque é que o 25 de Abril era de facto importante, para cada um dos partidos que existiam em Portugal.

Referiu ainda, porque a data era quarta-feira, dia 22 de abril, que se não estivessem a viver a pandemia provavelmente àquela hora já estaria a olhar para o seu relógio e desejo que a reunião terminasse, porque desejava estar no Poceirão, na chegada da Romaria, no final do seu primeiro dia, querendo referir que na manhã do dia em causa teria a Romaria a Cavalos Moita – Viana do Alentejo, partido da Moita e chegaria ao Poceirão, por volta das 18 horas, estaria a imagem da Nossa Senhora a entrar na Igreja do Poceirão e os cavaleiros a desmontarem, a começarem a cuidar dos seus cavalos, antes de cuidar deles próprios, porque era a atitude própria de um cavaleiro. No dia em que normalmente seria uma das festas, do seu ponto de vista, mais interessantes, mais populares da Vila da Moita, não quis deixar de realçar o facto, aproveitando para salientar que começara a eleição das sete tradições de Portugal, muito à imagem de outros programas que tinham acontecido e que existiam cinco das Festas Populares que estavam a concurso, ou das formas de viver tradicionais que estavam a concurso que diziam muito respeito ao concelho da Moita: a música e dança Huga-Huga; as Festas Tradicionais em Honra de Nossa Senhora da Boa Viagem; a forma de pintar os barcos no concelho; a Romaria a Cavalos; e outra, sendo cinco as tradições do concelho da Moita que estavam a concurso, fazendo um apelo para que no *site* fossem votar nas referidas iniciativas, de forma a conseguirem ser das apuradas, para quando o programa passasse à parte televisiva, se bem que para ser sincero, a pandemia também os obrigaria a pensar o Turismo de outra forma, não sabendo como iria ficar, mesmo quando terminassem os tempos difíceis, não sabendo como é que as questões de Turismo e daquele género de festejos iam evoluir, porque mesmo quando a situação terminasse existiriam os receios dos grandes ajuntamentos, das grandes festas, sendo o mundo assim, e portanto mesmo quando tudo terminasse não seria de um dia para o seguinte que diriam:” Agora já podemos estar todos juntos.”, não, seria complicado, e como

tal, também revelou ter consciência de que as questões do Turismo poderiam ter de ser equacionadas de outra forma.

Respondendo ao Sr. Vereador Carlos Albino, não possuía dados suficientes no momento para a questão colocada, de qualquer forma, essencialmente no período considerado, o Gabinete de Apoio aos Empresários tinha informado os empresários das medidas que iam saindo em termos governamentais, ou camarários. Em termos da Câmara, também já tinham abordado algumas questões, sobre preços de esplanadas, sobre suspensão de preços, e também algumas medidas que o Governo tomara, desde as questões de layoff, e tinham prestado a informação.

Ainda não tinha a “varinha mágica” para resolver o problema económico que iriam enfrentar, que seria muito duro, quer das empresas sediadas no concelho, quer até de outras empresas que visitavam muito o concelho. Na própria manhã realizou um atendimento a um Sr. do Circo Dallas, que lhe colocou que naturalmente estava parado, não tinha apoios nenhuns e não sabia quando é que iria iniciar a atividade, ao que lhe respondeu que no seu caso também não sabia porque não podia prever quando se poderiam realizar ajuntamentos para a realização de um espetáculo circense. O Sr. colocou que o seu circo era familiar, que embora sendo catorze, eram os seus netos, o próprio, os seus filhos, dois sobrinhos. Respondeu-lhe que a questão era muito clara, no momento aquele género de espetáculos não se estava a realizar, não sabendo quando se voltariam a realizar, porque uma questão era iniciar a abertura dos restaurantes, cafés, cabeleireiros, dizendo-se que seria em maio, algo distinto era a realização de espetáculos de ajuntamento de pessoas. Nem o próprio nem ninguém sabia, pensando que poderia acontecer para o final de maio, ou em junho, mas a dificuldade económica que se adivinhava no concelho da Moita, em Portugal, em toda a Europa, e em todo o mundo porque a produção parara no mundo inteiro e sem se produzir nada, era muito difícil, sem se produzir riqueza era muito difícil distribuir riqueza, e de qualquer forma, todo o mundo estava a pensar nas formas de como conseguir voltar a alavancar a economia, não sendo no concelho diferentes do resto do mundo, estando também a refletir na questão, preocupados com ela, esperando que conseguissem encontrar soluções.

Sr.<sup>a</sup> Vereadora Filomena Ventura – Colocou que os seus camaradas Vereadores, com certeza lhe permitiriam que, com todo o respeito pelas opções religiosas do Sr. Vereador Luís Nascimento, lhe recordasse que o Vaticano era também um Estado, portanto, certamente que se cumpriu a Constituição da República Portuguesa, quando o Estado Português entrou em acordos diplomáticos, que ultrapassavam os presentes, uma vez que foi o próprio Estado do Vaticano que apelou para que se evitassem as presenças nas celebrações de Eucaristia e foram os motivos de pandemia e transmissão do vírus que levaram a que se tivessem de tomar medidas nos funerais, aliás medidas já tomadas quando alguns dos seus entes queridos e amigos morriam, ou os abandonavam com situações ligadas a vírus, tivessem eles a mortalidade que tivessem.

Estando ainda no início de uma situação muito problemática que se avizinhava, questionou a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Vivina Nunes, devido à sua grande preocupação nos últimos tempos com os seus munícipes, jovens e crianças, portadores de autismo ou de outra deficiência, que de momento se encontravam em casa com os pais, não estando a ser fácil pela maioria dos Agrupamentos fazerem a articulação dos protocolos que tinham quer com a CERCIMB, quer com a NÓS, e quer até alguns um protocolo sem ser firmado, mas alguns laços de colaboração com a Raríssimas, estando efetivamente preocupada, não sabendo se o CLAS tinha efetuado o referido levantamento e como é que a Câmara poderia acionar redes de contacto, por forma a apoiarem as mães e famílias em causa.

Questionou ainda, se no âmbito do Conselho Municipal de Educação, a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Vivina Nunes tinha ecos, ou se houvera tempo, sendo complicado, daquele reunir a auscultação de todos os Agrupamentos no concelho da Moita, e na eventualidade de não os ter, sendo perfeitamente natural que os dados não existissem porque existiam as prioridades nas respostas aos munícipes.

Alertou para a questão de, quando na reunião de Câmara privada, lhes fora dado conhecimento do Plano de Contingência, e bem, mas foi-lhes dado conhecimento, por exemplo à sua pessoa que não tinha competências atribuídas, em plena reunião de Câmara, recordando-se do Sr. Vereador Joaquim

Raminhos afirmar que o *email* havia chegado cerca de cinco minutos antes, sendo que o Sr. Ricardo Rocha, entregou ao Sr. Vereador Joaquim Raminhos, o referido Plano de Contingência. Sendo o que era possível realizar na altura, fora executado e cumprira-se a legislação. Estando todos com muita atenção ao que se estava a passar e sabendo que o Estado de Emergência fora prorrogado até ao dia 2 de Maio e com o pouco que iam sabendo dos cientistas e do pouco que iam tendo conhecimento do vírus que causou a pandemia, considerou ser consensual, entre todos os presentes a consciência de que o perigo se iniciaria com o início do desconfinamento. Questionou, no seguimento, o que é que a Câmara estava a planificar para o início do desconfinamento. Tendo o Sr. Vereador Luís Nascimento abordado a questão de algumas atividades económicas; o Sr. Presidente bem como o Sr. Vereador Luís Chula abordaram a questão do aumento dos auxílios económicos, preocupando-a que plano pós-confinamento tinham, num primeiro momento, sabendo à partida que já começaram porque as Festas de Maio foram canceladas, bem como a Feira Medieval, tendo lido a questão no próprio dia no *site* de informação regional.

Partilhou ainda com os presentes, algo que considerou certamente não agradar a todos os Srs. Vereadores, mas nunca se considerou consensual porque no seu entendimento seria consensual, era a “paz podre” e como tal partilhou o gosto muito efémero e muito ligeiro, do reconhecimento que a população portuguesa teve pela importância do Estado Social, fosse o Serviço Nacional de Saúde, fosse a Educação Pública, fosse também a Segurança Social. Como um dos elementos da Escola pública, referiu nem estar habituada a que reconhecessem os professores, era algo que em trinta e oito anos de serviço já não se havia habituado, gostando que no Plano de pós-confinamento, se ele existisse, que fosse reforçada a importância dos serviços públicos, uma vez que os ataques devido à questão económica já tinham começado.

Resumindo a sua intervenção, questionou se a Sr.<sup>a</sup> Vereadora Vivina Nunes, uma vez que pensava ser do seu pelouro, possuía alguma informação sobre os municípios da Moita com deficiências mais profundas e dependentes, que apoio poderiam fornecer às respetivas famílias; se o Conselho Municipal de Educação já havia reunido e que Plano é que a Câmara Municipal lhes iria apresentar a todos, para o pós-confinamento, sabendo à partida que ainda não existiam muitas questões, mas que por exemplo os restaurantes não podiam abrir. No próprio dia havia conversado sobre a questão de um dos restaurantes na Baixa da Banheira ter vinte pessoas, e na eventualidade de ser obrigado, no âmbito do afastamento social a comportar apenas dez pessoas, com quatro trabalhadores, eventualmente não valeria a pena abrir. No seguimento referiu que se veriam a braços no concelho da Moita, com pequenas empresas que eram a dinâmica e que dinamizavam o concelho, sabendo que não tinham respostas, questionou no entanto como é que podiam, considerando que os restantes Vereadores certamente concordavam consigo, estar ao seu lado a votar, como diriam a jovens que estavam ansiosos para reatarem os seus laços de pertença à tribo, porque foi assim que cresceram e era daquela forma que eles cresceram, que iam ter que manter um distanciamento de um metro e meio, que iam ter de usar máscaras. Ou como é que iam dizer aos trabalhadores do Município, que tinham de manter o distanciamento nos bares porque a própria quando via os restantes presentes, tinha de se recordar que tinha de manter o distanciamento social, uma vez que o ser humano era iminentemente um animal social.

Sr. Vereador Luís Chula – Fez uma referência que não havia feito anteriormente, em relação à questão dos Lares, de que no dia seguinte iria decorrer, na parte da tarde, uma videoconferência com a Área Metropolitana de Lisboa, com os responsáveis das Comissões Municipais de Proteção Civil, a fim de tratar da questão dos testes e dos Lares, considerando a questão como um sinal de que a Área Metropolitana de Lisboa estava a trabalhar e já possuía um Plano, que verificariam qual a sua extensão, mas que à partida iria ter um Plano para a realização de testes nos Lares.

Sr. Presidente – Informou que relativamente aos Lares e segundo a informação local, tinham sido acompanhados tanto pelos Serviços Distritais da Segurança Social, que tinham a tutela e as capacidades de fiscalização e de verificação, como pelas autoridades de saúde e pelos Serviços da

Câmara, quer pela Ação Social quer pelo Serviço Municipal de Proteção Civil, sendo a situação nos Lares do concelho devidamente licenciados, a de estarem a ser aplicados desde o início os Planos de Contingência, tomadas as medidas de segurança necessárias e recomendáveis no seu funcionamento, e felizmente até à data, sem que tivessem surgido casos de infeção pelo COVID - 19. Surgiu um ou outro caso suspeito, felizmente poucos, que não se vieram a confirmar.

Acrescentou subsistir um problema de que se tinha vindo a falar e todas as entidades o tinham referido, sendo um problema cuja dimensão ninguém verdadeiramente conhecia, que era, o dos Lares ou das residências de idosos não licenciados que estavam a procurar de alguma forma, indiretamente, identificar, ter noção da existência, da sua dimensão, dos seus problemas, mas era uma tarefa que suspeitavam que ficaria sempre aquém da realidade, identificando uma ou outra situação, mas verdadeiramente não sabiam a dimensão, até pela natureza muito diversa de situações que ocorriam, desde a mais tradicional residência portanto até situações que muitas vezes se ouviam referir de idosos num apartamento, em que alguém colocava dois, três ou quatro idosos, ou os que coubessem, e situações do género, que verdadeiramente ninguém tinha o controlo eficaz da sua existência e das suas condições, mas todas as entidades referidas, que estavam no terreno, nas suas diversas valências, estavam a procurar acompanhar aquela situação, e ter a capacidade de intervir, caso alguma questão corresse mal.

No que se referia à questão dos testes, como era do conhecimento público, foi profusamente noticiado na altura, há algumas semanas, o Governo anunciou a intenção de, através dos Serviços de Segurança Social, desencadear testes de rastreio nos Lares de todo o país, que na sua opinião, sendo um objetivo generoso, sendo inúmeras as controvérsias a que era possível quase assistir diariamente na Comunicação Social, entre os que defendiam que se deviam realizar testes a todos, os que defendiam que não, os que defendiam que deviam ser realizados só aos que apresentassem sintomas, havendo teorias para todos os gostos. Independentemente daquela controvérsia, e ainda recentemente numa reunião naquela mesma sala ouviram técnicos de saúde a defenderem que os testes só deviam ser realizados a quem revelasse sintomas. Independentemente da questão, o objetivo de se realizarem testes nos Lares era generoso, mas tinha-se revelado impossível de levar à prática. Não existia no país capacidade nem de testes, nem de quem realizasse os testes, nem de quem analisasse os testes. Não existiu até ao momento essa capacidade e daí que o objetivo tivesse sido anunciado, mas ainda não tivesse sido concretizado.

Realizou-se na semana anterior uma reunião do Conselho Metropolitano com a presença do Sr. Secretário de Estado Duarte Cordeiro, que como pensava terem visto, foi designado o membro do Governo denominado “pivot” nas áreas de combate mais direto à pandemia, esteve presente na reunião, onde se debateu a questão e foi anunciada a intenção de avançar para a realização de testes na Área Metropolitana, em moldes que partiam da coordenação e da direção, da Segurança Social e das Autoridades de Saúde, com parceria quer com os Serviços Distritais e Municipais de Proteção Civil e com instituições científicas, que seriam as responsáveis pela realização dos testes. As instituições científicas apontadas eram o Instituto de Medicina Molecular da Universidade de Lisboa, o Instituto Egas Moniz, a Faculdade de Ciências e Tecnologia para a Margem Sul, a Faculdade de Ciências e Tecnologia e o Instituto Politécnico de Setúbal. Aquela intenção requeria uma preparação prévia que tinha estado a ser efetuada, o levantamento dos Lares existentes, das suas características, do número de residentes, do número de trabalhadores, etc. Todos aqueles dados foram solicitados aos Municípios, inclusive por várias vias, o que revelou também alguma pequena descoordenação, que não foi o mais importante.

No dia seguinte, ficou prevista a realização durante a semana em curso, já mais operacional, e que era a que se realizaria no dia seguinte e teve a oportunidade de enviar o *email* que foi enviado da Área Metropolitana, para o Sr. Vereador Luís Chula para participar, sendo o objetivo avançar naquela concretização. O que estava equacionado, que estava nas intenções declaradas naquela matéria era de realizar rastreio aos trabalhadores dos equipamentos de terceira idade, às residências, e só no caso de surgirem confirmações de infeção ou de residentes com sintomas, ou seja, o rastreio partia do pressuposto que os agentes de infeção eram os trabalhadores; eram quem entrava e saía, portanto os

residentes encontram-se no interior, se ninguém fosse portador da infeção, aquela não chegava ao local, o que veio revelar que continuava a manter-se a questão da escassez de testes disponíveis. Também na reunião de Proteção Civil, realizada na semana anterior, fora indicado que até à data, o ACES – Arco Ribeirinho possuía quarenta testes disponíveis, situação que já tinha tido conhecimento naquela mesma reunião do Conselho Metropolitano, em que a Presidente da Câmara de Almada também referiu que o número que o seu ACES possuía era da mesma natureza, o que revelava que a divisão tinha sido realizada por igual, que resultava do facto objetivo de que não havia capacidade disponível para realizar todos os testes que se poderiam pretender realizar.

Sobre a questão colocada da informação, existiam os recursos da informação que existia, usando-se naturalmente no momento atual, com mais intensidade os meios digitais, mas também colocaram nos suportes próprios, os *outdoors* 8m X 3m ficaram reservados para o 25 de abril, e os mais pequenos, de 3m X 4m, as estruturas MUPI, paragens de autocarro, foram colocados, numa primeira fase o cartaz de “Fique em Casa” com a divulgação da Linha de Apoio informativo e atualmente estavam também a ser colocados, embora não em substituição, mas em complemento um outro cartaz, mais simples, mais pequeno, também mantendo o apelo do “Fique em Casa” e com um conjunto de recomendações que vieram também através da Direção Geral de Saúde, que eram as recomendações sobre os comportamentos a ter, os comportamentos de segurança, como lavar as mãos, o distanciamento, ou seja um conjunto de comportamentos, que também estava a ser colocado nas paragens, nos espaços comerciais, procurando-se uma colocação mais de proximidade. Fora feita a edição do mini Boletim Municipal, também com um conjunto de informações e seria mantida a produção de informação, à medida que se fosse justificando, sendo necessário verificar o tempo que levaria até que se normalizasse a situação, ninguém sabendo no momento qual seria esse tempo.

Quanto à linha de apoio informativo, tinham vindo a aumentar significativamente o número de chamadas, com uma tendência que se verificou ao longo da semana transata. Inicialmente muitas chamadas para a linha eram sobre assuntos diversos, desde pessoas a questionar como poderiam efetuar o pagamento da fatura da água, ou se tinham de efetuar o pagamento da fatura da água, ou se tinham marcado um atendimento com um determinado arquiteto e telefonando para a Câmara e ninguém atendendo como fazer o atendimento – aquele tipo de questões. Aquela fase inicial estava a dissipar-se e começou a acentuar-se aquilo para que a linha verdadeiramente fora concebida, que era para a questão social, havendo-se notado durante toda a semana o aumento dos apelos feitos através da linha para as diversas questões sociais, que eram de diversa ordem. De encontro ao que referiu inicialmente, havia um acréscimo de procura de apoios sociais, de diversa natureza, as cantinas sociais existentes no concelho tinham mais procura, os serviços de Segurança Social tinham mais procura, tendo sido referido na reunião pela técnica de Segurança Social distrital que acompanhava o concelho da Moita; as Juntas de Freguesia também tinham mais solicitações através dos serviços que prestavam de entrega de bens aos idosos, tais como medicamentos e outras solicitações. Era perceptível que há medida que o tempo passava, sendo previsível que assim acontecesse, à medida que a situação perdurava no tempo, os problemas iam-se acentuando e também iam percebendo, não só pela informação que chegava diretamente, mas por todo o contexto nacional, que os problemas económicos, os problemas das empresas tenderiam a acentuar-se à medida que se mantivessem mais tempo encerradas.

No que se referia à realização de testes aos trabalhadores, aqueles estavam a ser realizados dentro dos critérios definidos, sendo testes para os trabalhadores que por força das funções que tinham mantido, eram expostos a risco, sendo que até àquele dia, cerca de um pouco mais de cento e cinquenta trabalhadores já tinham realizado o teste, não havendo até ao momento, felizmente nenhum caso positivo. Os testes eram efetuados e o acompanhamento era feito no âmbito do Serviço de Medicina no Trabalho, sendo os resultados enviados diretamente ao médico do Serviço, não sendo enviados diretamente aos trabalhadores, sendo o controlo realizado através do médico do Serviço de Medicina no Trabalho, informando aquele diretamente o Presidente, que recebeu os resultados; tudo estava bem, ou então, esperando que tal não sucedesse, mas se existisse um teste negativo, nessa altura eram acionados todos os outros mecanismos e envolvidas as Autoridades de Saúde Pública

necessárias e posteriormente os mecanismos internos que fossem necessários. Caso contrário, era o médico do Serviço de Medicina no Trabalho que recebia os resultados, os verificava e o informava. Os do dia anterior estavam bons. Posteriormente procurava transmitir aos responsáveis dos Serviços, para informarem as pessoas e as tranquilizarem, embora tivessem tentado avisar todas as pessoas, que na Câmara da Moita, assim como no geral, a não existência de notícias era uma boa notícia, para ficarem descansados, caso ninguém lhes dissesse nada, era porque estavam bem. Havendo algum problema, rapidamente chegavam as notícias. Os testes executados eram análises serológicas, e a discussão que se realizou relativamente à realização dos testes, em que se tinham visto os diversos argumentos nos vários sentidos, estando relacionados com o facto de o teste referir como é que a pessoa estava no momento da sua realização, e não no dia seguinte. A pessoa podia realizar o teste em um dia e estar ótimo e chegar à rua e ser infetado. Mas de qualquer forma pelo menos referia, dava a tranquilidade de que no momento da sua execução as pessoas não tinham problemas.

Um comentário, à referência realizada pelo Sr. Vereador Joaquim Raminhos, a propósito do debate do 25 de Abril e das comemorações do 25 de Abril na Assembleia da República, a onda de notícias falsas, a onda populista, o aproveitamento da situação, bastava consultar as redes sociais no concelho, e encontrava todas aquelas questões já há algum tempo, encontrava aqueles que alimentavam e se procuravam alimentar do fascismo latente, da ignorância, daquela cloaca porque consideravam que ali é que existia o solo para germinarem. Considerou encontrar-se muito no concelho da Moita e ser uma questão preocupante, mas o mais preocupante era ser quem fazia o que fazia, ou ter um aventureirismo em que “valia tudo” ou era “pouco inteligente” porque uma pessoa que se reclamava democrata, alimentar a questão e pensar que o fascismo varria os comunistas e ficavam os outros todos, era porque não aprendera nada com a história, porque posteriormente iam todos e quem alimentou a questão do fascismo latente não percebeu que eles não eram os primeiros, a não ser que posteriormente também lhes estivesse na “massa do sangue” transformar-se naquela escória que posteriormente alimentava os regimes fascistas porque o fascismo tinha as elites a beneficiarem e tinha a escória a trabalhar para eles, portanto também havia quem tivesse essa massa no sangue e estivesse disponível para trabalhar nesse sentido. Referiu ainda partilhar a opinião do Sr. Vereador Joaquim Raminhos e também considerar a questão preocupante.

Relativamente aos estabelecimentos encerrados ainda não chegara nada, considerando que o único critério que deveriam seguir era o critério do que estava decretado na legislação, não lhes competindo inventar fosse em que sentido fosse, a tolerância e o bom senso faziam parte e eram necessários nas circunstâncias atuais, no entanto, os estabelecimentos podiam encontrar formas de funcionar sem necessitarem de estar abertos, com pessoas a frequentá-los, pensando que se deveria manter aquela regra, até ver.

O assunto das licenças de ruído era complexo, porque uma questão era existir um qualquer espetáculo, fosse onde fosse, quem queria deslocava-se ao local e via. Outra questão era ter de suportar eventualmente o *heavy metal* do vizinho, por aquele considerar correto colocar uma hora a tocar *heavy metal*, ou folclore ou fosse o que fosse, pois cada um estava na sua casa e tinha direito à sua tranquilidade, já bastando às pessoas estarem a viver a situação que tinham, e para mais ainda terem de suportar os “concertos” que cada vizinho decidisse dar. Algo eram os momentos engraçados de espírito comunitário, em que se vinha à janela, se cantava ou tocavam-se versos à desgarrada de uma janela para a outra, outra questão era alguém considerar que em determinado dia ia ser generoso e colocar música, como rotina e a pessoa querer estar descansada ou a ouvir um programa televisivo, que também tinha o direito de ver a sua televisão, não tendo de estar a ouvir o que o vizinho colocava. Acrescentou que se deveriam manter afastados de licenças de ruído, porque o espírito das licenças de ruído era para outra finalidade que não aquela. Os vizinhos deviam entender-se entre si, sempre que possível e não ir solicitar à Câmara para dar autorizações para “concertos” casuísticos, não lhe parecendo ser o melhor caminho, cada um realizar o concerto que lhe agradava.

Quanto ao futuro, como referiu não partilhar do espírito religioso do Sr. Vereador Luís Nascimento e como tal não referia que “O futuro a Deus pertence”, mas de facto, no momento o futuro era ainda com grande grau de imprevisibilidade, o que tornava difícil anteciparem ação e comportamento, porque

verdadeiramente não se sabia. O Governo anunciou algumas intenções, mas teve o cuidado de o anunciar na base puramente intencional. Referiram que gostariam de abrir as creches em maio, mas na sua própria opinião as dificuldades eram muitas. A retoma da atividade económica, em particular no que se referia ao pequeno comércio, como se ia processar, quando, em que situação estariam no dia 2 de maio quando terminasse o Estado de Emergência, eram uma série de incógnitas, que ainda o eram em elevado grau para que permitissem no momento começar a planificar o que sucederia a seguir, sendo que algumas questões lhe pareciam inevitáveis, tais como, em primeiro lugar, grandes limitações a todas as atividades de âmbito cultural, recreativo, desportivo, pelo menos até junho, com a possibilidade de irem tendo um alívio progressivo, de se poder progressivamente ir realizando mais eventos, mas iniciativas de massas, de grandes concentrações de pessoas, pareceu-lhe difícil ou arriscado que em junho ainda se viessem a realizar. Eram no momento diversas as iniciativas, quer de âmbito municipal, de Municípios diversos, quer de caráter comercial, que já tinham sido canceladas em junho, por exemplo as Festas dos Santos Populares em Lisboa, ou Festivais de música vários. No concelho da Moita, não havendo ainda anúncio formal por parte de algumas Organizações de Festas Populares, designadamente quer da Baixa da Banheira, quer do Vale da Amoreira, que pensando que ainda não havia sido formalmente anunciada a intenção relativamente às Festas, que deveriam decorrer em junho/julho, mas existindo um conjunto de outras iniciativas, sendo que aquelas que eram municipais, até ao final de maio, estava anunciado e assumido, pensando também que em junho grande parte das iniciativas não se iriam realizar, ou na eventualidade de tal ser possível, realizar-se-iam de forma bastante mais restringida, tendo na altura de verificar como fariam, não pretendendo realizar anúncios com demasiada antecipação, para não criar um clima ainda mais depressivo nas pessoas, de estar antecipadamente a referir que não iam já realizar determinados eventos em julho, porque existia quem estivesse já quase a avançar para iniciativas em agosto, falando até mesmo em setembro, e consideravam que era prematuro fazê-lo, até porque verdadeiramente não sabiam qual seria a evolução da situação.

Acrescentou considerar que iam ser necessárias, e já estavam a ser implementadas uma série de medidas, mas seriam necessárias muitas mais, de estímulo à economia, considerando que o papel fundamental na questão era o do Estado, Administração Central, até porque era por aquela via que se garantiam as condições de acesso em igualdade de circunstâncias, universalidade, era por aquela via que existiam os meios, mas naturalmente também ao nível municipal, ao nível local, chegaria o momento em que teriam de discutir algumas ações. Referiu pensar que tal era prematuro, até porque não podiam ainda, verdadeiramente, realizar um balanço dos danos que iam ficar, e portanto, só quando a situação estivesse já em vias de ser superada, ou pelo menos de haver um regresso à normalidade é que conseguiriam realizar um balanço dos danos e a partir daí, verificar o que era possível, o que é que estava ao seu alcance. Estar no momento a pensar cenários não passaria disso mesmo, de cenários, com grande grau de incerteza.

Referiu que no concelho não havia o hábito, não tinham a tradição, por razões que vinha de antes, da realização de Sessões Solenes, embora em diversos Municípios se realizassem as Assembleias Municipais fundamentalmente, mais até do que as Câmaras, as Assembleias Municipais realizavam Sessões Solenes na ocasião do 25 de abril, onde todas as forças políticas tinham a sua intervenção. No concelho da Moita, não existindo esse hábito, e nesse quadro, o que sucedia sempre era o momento de desfile popular que terminava com umas palavras do Presidente da Câmara. O que estavam a considerar em 2020, seria, em substituição do desfile popular ser a presença das instituições que estavam no desfile através dos seus depoimentos, transmitidos nas redes digitais do Município e um pequeno apontamento, pequeno mesmo, pouco maior do que aquilo que estava a ser solicitado às pessoas, e o que estava a ser solicitado eram trinta segundos, e o depoimento do Presidente da Câmara seria ligeiramente maior do que isso, para culminar, sendo o que estava a ser equacionado até ao momento. Foi colocada uma questão por alguns dos presentes que ainda não fora ponderada e como tal refletiriam sobre ela.

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Acrescentou considerar correto que as associações tivessem lugar, tal como referido pelo Sr. Presidente, estando a viver uma celebração do 25 de Abril muito extraordinária, não se realizando o desfile onde estavam as associações, como também estavam os partidos políticos, que participavam no desfile, querendo-lhe parecer que seria natural, estando numa situação excecional e estando de acordo com o Sr. Presidente que não sendo hábito, na atual situação estavam a tratar de muitas questões que não era hábito e como tal, considerou ser bom, até porque os Partidos na atual situação excecional também deviam ser lembrados, fazem parte de tudo, bem como da data que estavam a comemorar. Considerou que se deveria ponderar, inclusivamente referiu pensar que a própria Assembleia Municipal, através do Sr. Presidente, que não se encontrava presente na reunião e não sendo seu advogado, mas na sua opinião seria bom a Assembleia Municipal, uma vez que era o Órgão máximo do concelho ter também uma palavra, considerando a questão interessante. Estando a viver momentos excecionais, não era hábito, mas dariam também um sinal, porque caso contrário dariam lugar às associações, mas não aos Partidos, porque não era hábito, mas a atualidade era um momento excecional, considerando ser interessante fazerem aquela abertura, como sua sugestão.

Seguidamente, pelos Srs. Vereadores do Partido Socialista foram apresentadas, uma Moção ao “25 de Abril de 1974”, e uma Saudação ao “1º de Maio – Dia do Trabalhador”, passando-se de seguida à sua discussão uma vez que foi solicitada a dispensa de leitura das mesmas por já terem sido distribuídas previamente e todos terem tido oportunidade de as ler.

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Disse que havia lido ambos os documentos e da sua parte, estava de acordo com seus os conteúdos, considerando que era bom uma saudação ao 25 de Abril, já havendo tratado na própria reunião o tema das comemorações, que a Câmara Municipal da Moita não ia prescindir de assinalar a data, referindo pensar que invocar o aniversário do 25 de Abril, os 46 anos de democracia, saudar todas as forças e efetuar uma alusão ao momento que se estava a viver, da sua parte, manifestou o seu apoio ao documento, enaltecendo que no próprio dia, na reunião de Câmara já haviam falado nos efeitos sociais que se estavam a viver no atual momento, devido a uma questão que era de saúde, mas que teria consequências muito gravosas do ponto de vista social, ninguém teria dúvidas da questão. Falou-se em empresas a encerrarem, havendo dúvidas se muitas delas voltariam a abrir, nomeadamente, segundo se falava, de algumas no ramo da restauração que não aguentariam muito o impacto, daí surgindo a questão do desemprego, de maiores dificuldades económicas de muitas famílias. Não havendo dúvidas de que ainda estavam na fase a ver se se curavam da ferida em termos de saúde, avizinhando-se tempos que apontavam para uma ferida social muito forte, pensando que deviam ter essa questão presente e como tal, a Saudação feita ao 1º de Maio, aos trabalhadores, inclusivamente, na sua opinião, aos trabalhadores de saúde, merecedores de um grande reconhecimento pelo trabalho que tinham vindo a realizar, bem como todos os outros trabalhadores, das Autarquias, das Forças de Segurança, dos Bombeiros. Não se cansava da questão, considerando que no próximo 1º de Maio, deviam ter a preocupação do agravamento social e do agravamento das condições de vida dos trabalhadores. No momento, já era sabido que o desemprego atualmente aumentara de uma forma brutal, estando a falar no dia anterior em quase 10% de desemprego, que aumentara, quase 9% nos últimos tempos, estando a notar-se um grande movimento nos Centros de Emprego, podendo haver momentos muito gravosos, a que tinham de estar atentos, tanto a nível de alguns empresários que iam necessitar de pequenos apoios, quer em relação aos próprios trabalhadores, pois atualmente as famílias, embora existindo um grande movimento de solidariedade, que também notavam, mas não duraria para sempre e existiam muitas pessoas que iriam ficar mesmo com muitas dificuldades. Acrescentou que estavam atentos, sendo curioso verificar, que mesmo nas crises a palavra solidariedade não era assumida por todas as partes. Segundo pensava, no dia seguinte realizar-se-ia um Conselho Europeu e que decidiria algumas questões, mas ouvindo há pouco tempo o

Primeiro-ministro espanhol, que referiu que a União Europeia não era só para tratar de questões mercantis. Na sua opinião chegara o momento de haver uma efetiva onda solidária, estando a verificar que o sistema em que se vivia, que era um sistema capitalista, acabava por vir ao de cima, referindo que sim, eram solidários até não entrarem nos seus interesses, pois aí, “roíam a corda”. Concordou que a Saudação ao 1º de Maio era bem vista, mas que deviam ter em atenção a questão do agravamento social que viria e da necessidade de haver um reforço de unidade e de estarem muito atentos a pessoas que iriam ficar desprotegidas, ficando a questão do desemprego muito presente, não sabendo o que se iria passar e pensando que na época atual certamente teria de haver uma transfiguração do próprio tecido empresarial, com muitos dos empregos a já não voltarem a existir como existiram, a ser como eram, muitos deles desapareceriam, tendo de haver uma saída, na qual o mundo do trabalho teria de ter uma palavra sobre ela. Concluiu saudando o 25 de Abril, fazendo uma alusão ao 1º de Maio, festejando o 1º de Maio, com a nota da questão social que o COVID - 19 poderia vir a provocar e a que deviam estar atentos para todas as lutas que de futuro viessem.

Sr. Vereador Luís Nascimento – Referindo não estar muito chocado com a Moção e a Saudação, que não o chocaram muito, pretendeu, até de uma forma pedagógica, tentar explicar algumas questões, nomeadamente que uma Câmara Municipal era um Órgão Executivo, não um Órgão Parlamentar, o que significava que cada um dos nove presentes, estava no Órgão individualmente, fora eleito por um partido, mas era ele enquanto pessoa, ou seja, naturalmente todos, principalmente os que tinham pelouros atribuídos costumavam entregar propostas numa reunião de Câmara, e nunca viram nenhuma das suas propostas vir assinada como “O Vereador do PSD”, vindo as mesmas como “O Vereador das Atividades Económicas”, “O Vereador Luís Nascimento”, portanto até por uma questão pedagógica de depois as questões serem enviadas para meios de Comunicação Social, nomeadamente para jornais e etc., o proponente nunca era um Partido, acontecendo tal nos Órgãos de Assembleia. Na Assembleia Municipal, dada como exemplo, era referido naturalmente os Deputados Municipais do PSD, do PS ou da CDU, ou fosse do que fosse. Num Órgão Executivo não se referia, não se referia por exemplo os Ministros do Partido Socialista, os Ministros Independentes, não, era um Órgão Executivo. Como tal, a única questão para a qual chamou a atenção, até tendo em atenção o futuro, era para aquele género de cuidados, os Órgãos Executivos não eram, na sua opinião órgãos políticos, órgãos parlamentares, sendo o que se tratava na Câmara. Naturalmente percebeu que a Moção e a Saudação eram subscritas pelo Sr. Vereador Carlos Albino, pelo Sr. Vereador Luís Chula e pela Sr.ª Vereadora Filomena Ventura, sendo como tal que deveriam surgir.

Sr.ª Vereadora Vivina Nunes – Referindo que estavam a discutir a Moção e a Saudação em simultâneo, relativamente à questão da Moção do 25 de Abril, colocou que para além de concordar com o texto que estava proposto se fosse a própria que o escrevesse, naturalmente escreveria de outra forma porque tinha um formato diferente, colocando duas sugestões de alteração, que na sua opinião poderiam melhorar o texto, mas que não colocavam em causa a questão da votação. Antes de referir as suas propostas de alteração, fez referência à questão da necessidade e da importância de celebrarem o 25 de Abril. Não gostando de intervir em termos pessoais encontrando-se num Órgão coletivo, na reunião considerou importar fazê-lo, para recordar que aos seus 10 anos de idade aconteceu uma Revolução que foi o 25 de Abril, que foi fruto do trabalho de muitos resistentes e antifascistas, que posteriormente com a adesão dos militares deu origem à Revolução. Há 46 anos que o dia 24 de Abril, para si, era festejado na rua e seria tendencialmente festejado na rua, sendo a primeira vez que teriam de ficar mais condicionados, considerando feliz a frase da Câmara Municipal da Moita “Em casa ou na rua, nos últimos anos, ou em casa, como no ano atual, grite a Liberdade”, não se esquivando a dizer que era forte a mensagem, e que deveria ser pelos presentes toda tomada, de gritar Liberdade onde quer que estivessem, em casa, na rua, porque existiam muitas pessoas a viver na rua, ou que no momento estavam na rua às 15 horas, porque se encontravam a trabalhar, e como tal considerou muito importante no 25 de abril, que onde quer que se encontrassem ou estivessem cumprissem as suas obrigações, ou mesmo em quarentena, gritassem Liberdade e o grito da Liberdade, que na sua opinião,

acabava por ser a melhor forma de prestar uma homenagem ao 25 de Abril e àqueles que durante muitos anos lutaram para que ele fosse possível.

Nesse sentido propôs que na alínea b), que na sua opinião não alterava muito o sentido, mas um pouco e lhe daria muito conteúdo, colocando: "...que dando corpo à luta do povo, com coragem e determinação...", continuando o resto do texto como estava. Na sua opinião dava-lhe mais conteúdo, pois o 25 de Abril foi feito pelos militares, mas os militares deram corpo a uma luta que vinha sendo travada, de resistência, pelo povo e pela insatisfação de todos.

Na alínea d) sugeriu que, existindo duas associações ligadas à Revolução, a Associação 25 de Abril, se pudesse também fazer chegar à Associação Conquistas da Revolução, e naturalmente que a Moção passasse também a ser da Câmara Municipal, depois de votada, naturalmente.

No que concernia à Saudação ao 1º de Maio, na sua opinião existia um erro aos proponentes, antes das cláusulas 1), 2) e 3), referia a Assembleia Municipal, devendo ser a Câmara Municipal, julgando ser um erro de redação.

Sr. Vereador Miguel Canudo - Não pretendendo discutir o conteúdo da Moção e da Saudação, porque se de facto fosse o próprio a fazer, ou a fazerem seria de outra forma, iriam também para a área do trabalho, para a área do que iria suceder passados uns meses, ou um ano, mas acrescentou que não votaria contra, desafiando de qualquer forma o Partido Socialista a colocar, no título da Moção ao 25 de Abril, o que estavam a fazer com o Movimento Associativo, "Na rua, ou em casa, grite a Liberdade", o que considerou interessante, até porque o Movimento Associativo não iria para a frente da Câmara Municipal no dia 25 de abril.

Sr. Vereador Carlos Albino - Em nome dos proponentes da Moção e da Saudação, aceitaram as propostas da alteração colocadas pela Sr.ª Vereadora Vivina Nunes. Acrescentou, aproveitando para dar a nota ao Sr. Vereador Luís Nascimento, que obviamente, uma vez subscritos por todos, nem o timbre nem o rodapé de ambos os documentos apareceriam em qualquer outro local, passando os referidos documentos a ser documentos da Autarquia, sendo desta forma que deveriam ser entendidos.

Não havendo mais intervenções, foi a Moção sobre o 25 de Abril, com as alterações propostas pela Sr.ª Vereadora Vivina Nunes e aceites pelo proponente, e que abaixo se transcreve submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

### **Moção**

#### **25 de Abril de 1974**

"No próximo dia 25 de Abril assinalamos uma das páginas mais importantes da nossa história, o dia em que voltámos a ser livres.

Celebrar Abril é celebrar a democracia, a liberdade individual e coletiva, a consagração dos direitos sociais e culturais e o fim do colonialismo. É celebrar a emergência de uma sociedade mais justa e solidária, em que construímos um estado social que garantiu a todos os portugueses o acesso à educação e à saúde.

Celebrar a democracia é também assinalar o papel do Poder Local, que desempenhou durante estes 46 anos um papel decisivo na consolidação da democracia e do desenvolvimento do país, graças à sua intervenção de proximidade e à sua autonomia.

E num momento em que vivemos uma situação excecional, com restrições consideráveis à nossa liberdade, celebrar a data fundadora da nossa democracia é afirmar que os valores fundamentais que

a constituem não estão suspensos. Celebrar Abril neste tempo de crescimento dos extremismos é afirmar que os movimentos antidemocráticos não terão espaço para vingar.

Todos os democratas são chamados, hoje, a defender os valores superiores da liberdade, da democracia e da justiça social. A história demonstra-nos que não podemos dar estes valores por garantidos. A defesa, construção, aprofundamento e consolidação da democracia é um processo contínuo e diário que cabe a todos aqueles que pretendem uma sociedade mais livre e mais justa, com menos desigualdades e com maior coesão social.

Assim, a Câmara Municipal da Moita, reunida no dia 22 de Abril de 2020, em sessão ordinária, delibera:

- a) Evocar, na passagem de mais um aniversário do 25 de Abril, todos aqueles que combateram pela liberdade, pela cidadania e pelos direitos humanos, sociais e culturais dos cidadãos;
- b) Destacar o papel dos “Capitães de Abril” que, dando corpo à luta do povo, com coragem e determinação, devolveram a liberdade e a dignidade aos portugueses;
- c) Saudar as forças democráticas que construíram os alicerces de uma sociedade mais livre e mais justa e que constituem o garante das conquistas de Abril;
- d) Enviar os documentos aprovados à Associação 25 de Abril, e à Associação Conquistas da Revolução como testemunho do nosso apreço pelo gesto heroico e altruísta que libertou o povo português das malhas do fascismo.

Mais se propõe a aprovação de presente Moção em minuta, para imediata produção de efeitos, e o seu envio aos órgãos de comunicação social regionais e locais, bem como a publicação nos instrumentos municipais disponíveis *online* (redes sociais, site...).”

Foi a Saudação sobre “1º de Maio – Dia do Trabalhador”, que abaixo se transcreve submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

### **Saudação**

#### **1º de Maio – Dia do Trabalhador**

“O 1º de Maio assinala a histórica greve ocorrida em Chicago, em 1886, exigindo melhores condições de vida e de trabalho, nomeadamente a redução da jornada de trabalho para oito horas e homenageia a luta de trabalhadores e trabalhadoras por melhores condições de trabalho, pela consagração de direitos sociais e por uma sociedade mais justa.

O Dia do Trabalhador é da maior importância não só para os trabalhadores e para o movimento sindical, mas também para todos os que defendem uma sociedade mais justa e solidária, em que o crescimento económico é fator de redução de desigualdades.

Esta luta continua muito atual, uma luta contra uma distribuição da riqueza cuja desigualdade tem aumentado, contra a precariedade, pela igualdade salarial entre homens e mulheres.

Face à atual situação económica, social e política com que estamos confrontados a nível global, assim como as especificidades da Europa e do nosso país, a resposta à crise que se anuncia deverá ser orientada pela criação de emprego de qualidade.

Assim, a câmara Municipal da Moita, reunida no dia 22 de Abril de 2020, em sessão ordinária delibera:

- 1) Saudar os trabalhadores portugueses, nomeadamente os trabalhadores do concelho da Moita, e ainda, particularmente, aos trabalhadores municipais e de freguesia, o movimento sindical e todas as entidades que, com base nos princípios da igualdade, da fraternidade, da solidariedade e da justiça social, têm lutado pelos direitos políticos, económicos e sociais e contribuído para a melhoria das condições de trabalho e de vida dos trabalhadores portugueses;
- 2) Saudar os trabalhadores que por esse mundo fora, com coragem, persistência e determinação, continuam a lutar pela liberdade, pela paz e pelos seus direitos políticos, sociais e sindicais;
- 3) Saudar todos aqueles que no atual contexto veem os seus postos de trabalho ser colocados em risco, e deixar-lhes uma palavra de esperança, para que mais rapidamente possível se desenvolvam mecanismos que permitam a retoma do emprego.

Mais se propõe a aprovação da presente Saudação em minuta para imediata produção de efeitos, e o seu envio aos órgãos de comunicação social, regionais e locais, bem como a publicação nos instrumentos municipais disponíveis *online*.”

O Sr. Vereador Carlos Albino apresentou e leu uma Declaração Política, em nome dos Vereadores do PS, sobre o atual momento em que se vive e que abaixo se transcreve, referindo que teve tido o cuidado de a distribuir antecipadamente, por uma questão de respeito por todos os presentes.

### **Declaração Política**

“O quadro atual em que vivemos que decorre da pandemia de covid-19, afeta o nosso país num momento de crescimento da nossa economia em que todos tinham já recuperado a confiança. Ganhamos credibilidade lá fora, mas acima de tudo recuperamos a nossa autoestima. Portugal impunha-se.

Este acontecimento é um rude golpe para pessoas e para o nosso tecido empresarial que tanto fizeram por nós nos últimos anos para recuperar a nossa economia e bem-estar, por todos merecido. É preciso que esse acreditar num amanhã melhor que a todos motiva, não se esmoreça e que aqui também as autarquias tenham algo a dizer.

Estamos convocados, uma vez mais, a superar um novo desafio, este de dimensão ainda desconhecida e para isso temos de estar unidos, porque iremos precisar de todos e cada um.

As famílias e os professores, a par da comunidade escolar, veem-se a braços com novas modalidades de estudo que exigem novos recursos nem sempre disponíveis. E aqui o Município, na medida das suas possibilidades, quer facilitando o acesso a elementos de estudo, fotocópias ou outras, encontrará certamente muitas oportunidades onde possa ser útil, para os graus de ensino que nesta altura não terão aulas presenciais.

No entanto, as famílias não se resumem aos mais novos e nesta altura também os mais velhos precisam de uma especial atenção por se encontrarem num grupo de risco, o que faz com que estejam especialmente vulneráveis, quer pela doença propriamente dita, quer pelas medidas de isolamento social, que no caso das pessoas institucionalizadas em lares tem um efeito mais forte decorrente da perda de contacto com os seus entes queridos.

Também para estes é preciso desenvolver respostas que visem apoiar os utentes dos lares, desenvolvendo estratégias que estimulem a proximidade com as famílias através de videocontactos, podendo ser desenvolvidos programas de voluntariado, disponibilização por empréstimo de equipamentos tecnológicos, com os quais seja possível operacionalizar o objetivo, minimizando os impactos sociais e psicológicos provocados por esta situação.

No que respeita à retoma possível, e cuidadosa, das nossas vidas, importa ter consciência que nada mais será como era antes até que se consiga ou a vacina ou um medicamento eficaz para fazer face ao Covid-19. Isso irá exigir um grande esforço de adaptação por parte de todos, e aqui o Município da Moita deve estar na linha da frente desenvolvendo uma assertiva campanha de comunicação com vista à interiorização da prática de comportamentos de prevenção porque a luta contra o inimigo invisível ainda é longa. Essa campanha deve incluir a distribuição de quites de equipamentos de proteção individual pelo concelho, que devem incluir, em particular, máscaras. Esta distribuição deve ocorrer nomeadamente no pequeno comércio que se prevê ir gradualmente abrir ao público.

É evidente que os serviços de atendimento ao público irão ser restabelecidos na Câmara Municipal, obviamente dentro das regras de segurança que forem defendidas o que justifica que exista, desde já, sobre medidas preventivas como é a preparação de balcões com proteções em acrílico.

Mas, como a retoma só é possível com as empresas, importa que a autarquia vá muito para lá do que tem sido feito atualmente. Que seja um agente ativo na divulgação dos apoios existentes neste quadro do Covid-19 no nosso tecido empresarial. Ainda no quadro de apoio à nossa economia é também importante que exista um esforço acrescido para a regularização do pagamento de faturas a fornecedores no menor tempo possível.

Importa também que a autarquia desenvolva campanhas de divulgação e incentivo à compra no nosso comércio local, que se deverá manter para lá dos condicionamentos provocados pelo Covid-19.

Este é o momento de todos puxarmos para o mesmo lado, enquanto responsáveis, todos juntos contra o Covid-19. Os socialistas demonstraram desde o primeiro momento a sua disponibilidade para ajudar no que fosse preciso, e ela mantém-se.”

## PERÍODO DA ORDEM DO DIA

As propostas abaixo transcritas foram apresentadas pelo Sr. Presidente.

### 1. 4ª ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO E GOP

“As modificações aos documentos previsionais agora propostas resultam da necessidade de adequar algumas dotações orçamentais face aos compromissos a realizar no curto prazo.

Desta feita, propõe-se a alteração ao orçamento na importância global de €88.000 conforme mapas que se anexam.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, não havendo intervenções foi submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

Os Vereadores do Partido Socialista apresentaram Declaração de Voto que abaixo se transcreve:

### **Declaração de Voto**

“Os Vereadores do Partido Socialista votaram favoravelmente esta 4ª alteração ao Orçamento tendo em conta a excecionalidade do momento de gravidade de saúde pública que vivemos no País e no Concelho. Conscientes da necessidade de resposta aos munícipes, não podemos, porém, deixar de lamentar a ausência da nossa participação nas opções de alteração aqui propostas.”

#### **2. CANDIDATURA POSEUR – RECOLHA SELETIVA DE RESÍDUOS URBANOS BIODEGRADÁVEIS** **- RATIFICAÇÃO DO ATO PRATICADO PELO PRESIDENTE** **- APROVAÇÃO DO CADERNO DE ENCARGOS DE 3 VEÍCULOS ESPECIAIS DE RECOLHA**

“Considerando a recente reforma legislativa e a obrigatoriedade legal de recolha seletiva dos resíduos urbanos biodegradáveis (RUB), situação que se reflete num paradigma de mudança de realidade à qual os municípios terão de se adaptar, o Município da Moita pretende aplicar o conceito de modo faseado, iniciando pela aplicação de um projeto piloto, designadamente recolha seletiva Porta a Porta (PaP) de biorresíduos que abrange todas as freguesias de acordo com as condições do aviso, nomeadamente a recolha de biorresíduos em todas as cantinas escolares do Município e em habitações unifamiliares localizadas em zonas urbanas das Freguesias de Alhos Vedros, Moita e União de Freguesias de Gaios-Rosário e Sarilhos Pequenos.

Na candidatura efetuada está proposto ser testado, experimentalmente, a recolha seletiva de RUB em 2 tipos diferentes de produtores de resíduos a que correspondem duas ações distintas:

Ação A1 – Ação recolha Porta a Porta de biorresíduos em Habitações Unifamiliares

Ação A2 – Ação recolha Porta a Porta de biorresíduos, em Cantinas Escolares

Para além das duas ações de recolha seletiva de RUB, a operação integrará e será complementada com três componentes transversais:

- I) A conceção e implementação de um Modelo de Incentivos ao cidadão/produtor;
- II) Um Sistema TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) de monitorização da recolha seletiva, de apoio ao planeamento da recolha;
- III) Uma campanha de divulgação das ações, de sensibilização e influência junto da população e produtores alvos.

Assim, a implementação da presente operação (Ação 1 + Ação 2 + Ação 3 componentes transversais à operação) de recolha PaP considera os seguintes investimentos:

- a) Aquisição de 3 viaturas de 14 m<sup>3</sup> de recolha de biorresíduos para o conjunto das duas ações;

- b) Aquisição 5197 contentores castanhos com RFID para a Ação 1 (um por habitação). Para habitações com menor produção serão adquiridos 2197 contentores de 40 litros e para habitações com maior produção serão adquiridos 3000 contentores de 80 litros;
- c) Aquisição 105 contentores castanhos com RFID para a Ação 2, dos quais 44 serão de 120 litros e 61 serão de 240 litros. Optou-se aqui por contentores de menor capacidade para permitir maior facilidade na lavagem. A distribuição do número de contentores de 120 litros e de 240 litros será em função da produção de biorresíduos de cada cantina escolar;
- d) Aquisição dos componentes do sistema TIC (hardware a instalar nas 3 viaturas + software de gestão e planeamento);
- e) Conceção e realização de uma campanha de sensibilização e aquisição de materiais de marketing e sensibilização;
- f) Para além destes investimentos consideram-se ainda os custos com a conceção e implementação do modelo de incentivos ao produtor de resíduos, acima referido, que se considera ser indispensável à concretização e ao êxito, da operação.

Para cumprimento do ponto 6 do referido Aviso (Grau de maturidade mínimo exigido às operações) foram elaborados os Termos de Referência para a elaboração do caderno de encargos do procedimento concursal, a realizar para a aquisição de 3 viaturas de recolha de biorresíduos - correspondente ao investimento de maior valor previsto na referida candidatura.

Em 27 de fevereiro de 2020 foi submetida a candidatura - POSEUR-03-1911-FC-000244.

Por mail datado de 01 de abril de 2020 foi comunicado ao município que teria de ser apresentada a evidência da aprovação de caderno de encargos da ação de maior valor elegível, ou seja, a aquisição de 3 viaturas de recolha de biorresíduos, dado que apenas consta da candidatura o documento denominada de “Termos de Referência para a elaboração do caderno de encargos” do procedimento de contratação pública para a aquisição das referidas viaturas.

Assim foi de imediato elaborado o respetivo “Caderno de Encargos”, que irá ser uma das peças do futuro concurso público, cujo órgão competente para a decisão de aprovar é a Câmara Municipal da Moita.

Considerando que a reunião de Câmara só ocorreria no dia 22 de abril de 2020, ou seja, em data posterior ao termo do prazo fixado pelo POSEUR para a apresentação do “Caderno de Encargos” aprovado, (10 de abril de 2020) e que o órgão competente teria de proceder à aprovação até ao referido dia, e que por força dos prazos legalmente estabelecidos, não era possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal.

Considerando que estavam reunidos os requisitos constantes do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, no uso da competência que me foi conferida por esta disposição legal proferi, com base e com os fundamentos constantes da informação da senhora Eng.ª Maria João Perdiz, datada de 7 de abril de 2020, que se anexa à presente proposta dela fazendo parte integrante (Doc. 2), o despacho, datado de 8 de abril de 2020, que se transcreve:

*De acordo com a informação-proposta n.º 122/2020, datada de 7 abril de 2020, da senhora Eng.ª Maria João Perdiz, que se anexa ao presente despacho dele fazendo parte integrante, o órgão competente para a decisão de aprovar o “Caderno de Encargos” é a Câmara Municipal da Moita.*

*Considerando que a próxima reunião de Câmara só ocorrerá no dia 22 de abril de 2020, ou seja, em data posterior ao termo do prazo fixado pelo POSEUR para a apresentação do “Caderno de Encargos” aprovado (10 de abril de 2020), não é possível que a Câmara Municipal da Moita delibere a aprovação necessária, dentro do prazo legalmente estabelecido.*

*E, que por força dos prazos legalmente estabelecidos, não é possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal.*

*E uma vez que estamos perante circunstâncias excecionais e estando reunidos os requisitos constantes do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, no uso da competência que me foi conferida por esta disposição legal, pratico o seguinte ato que deverá ser submetido a ratificação da Câmara Municipal na primeira reunião após a sua prática:*

- a) Aprovo o “Caderno de Encargos” para Aquisição de 3 Veículos Pesados de RSU;*
- b) Elabore-se proposta para submeter o presente ato a ratificação da Câmara Municipal, na primeira reunião realizada após a sua prática.*

Mediante o que, e de acordo com o disposto no n.º 3, do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/1013, de 12 de setembro, proponho a ratificação pela câmara municipal do ato por mim praticado constantes do despacho supramencionado.”

Após a apresentação da proposta foi a mesma colocada à discussão, havendo as seguintes intervenções:

Sr. Vereador Joaquim Raminhos – Colocou estar de acordo com a proposta, uma vez que já havia sido assumido e era de utilidade para o Município, recordando-lhe a recolha de resíduos e como não havia referido no Período Anterior à Ordem do Dia, colocou que se notava uma maior acumulação dos chamados monos, uma vez que as pessoas se encontram em casa, decidiam efetuar alterações em casa, colocando na rua camas, colchões, tendo-se notado muito mais aquela questão, solicitando da parte do Sr. Vereador Miguel Canudo um eventual reforço na recolha daqueles materiais, dando como exemplo o local onde residia, considerando que era um pandemónio e começando a dar mau aspeto, aparecendo pessoas que tentavam aproveitar algo do que lá era colocado, retirando partes do mobiliário que lá se encontrava, tornando-se desconfortável o cenário que se observava junto aos contentores do lixo. Se possível, solicitava então um reforço na recolha dos monos, referindo que quanto à proposta, votaria favoravelmente.

Sr. Vereador Luís Chula – Disse que na proposta é referida uma ação 1, uma ação 2 e uma ação 3, e como não conseguiu encontrar uma definição da ação 3, não conseguiu saber do que se tratava, solicitando esclarecimento.

Sr. Vereador Miguel Canudo – Esclareceu que a ação 3 se tratava da aquisição dos veículos, sendo que aquando da realização da candidatura, não estava prevista, ou seja, não constava e daí a necessidade de a proposta ser efetuada antes, posteriormente o Sr. Presidente a aplicar e em reunião de Câmara aprová-la. Tratando-se de recolha seletiva porta a porta, informação já dada à Câmara há meses atrás, era um processo que considerou ser mais um passo para a melhoria do ambiente no concelho da Moita.

Sr. Presidente – Concordando com o esclarecimento dado pelo Sr. Vereador Miguel Canudo, passou, em seguida, ao tema dos monos, clarificando que no novo modelo de funcionamento dos serviços não tinham mantido os circuitos fixos de recolha de mesmos, efetuando-se esta como resposta à situação, pois os encarregados acompanhavam permanentemente as brigadas de desinfeção e sempre que

constatavam a sua existência procediam à recolha. O problema residia no facto de existirem mais, uma vez que estando as pessoas em casa, aproveitavam para realizar as re-decorações, não respeitando os dias de colocação, questão que já vinha de trás, não sendo apenas um problema no momento atual, fazendo as suas arrumações no dia que bem entendiam e colocando os monos nas ruas diariamente. Não obstante a dificuldade concreta, procuravam responder, acontecendo de facto que por vezes a resposta não era imediata e os materiais espalhavam-se, mas procurariam dar resposta o mais rapidamente possível.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta submetida a votação, tendo sido aprovada por unanimidade.

E nada mais havendo a tratar foi pelo Sr. Presidente encerrada a reunião, sendo a respetiva ata aprovada em minuta. Eram dezassete horas e quinze minutos. E eu, Alda Mouzinho, Coordenadora Técnica nesta Câmara Municipal, redigi a presente ata que assino com o Sr. Presidente da Câmara.

Todas as intervenções feitas aquando da apresentação das propostas encontram-se devidamente gravadas em formato digital (CD), ficando os mesmos a fazer parte integrante desta ata.

O PRESIDENTE DA CÂMARA

A COORDENADORA TÉCNICA